


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

**CONCLUSÃO**

Em 08 de junho de 2021, faço conclusão destes autos ao MM. Juiz de Direito, Dr. Guilherme Ferreira da Cruz. Eu, Guilherme Ferreira da Cruz, escrevente técnico judiciário.

**SENTENÇA**

Processo nº:	<b>1040834-87.2021.8.26.0100</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum Cível - Transporte Aéreo</b>
Requerente:	-----
Requerido:	<b>DECOLAR.COM LTDA e outro</b>

Juiz de Direito: **Dr. Guilherme Ferreira da Cruz.**

Vistos.

----- ajuizou a presente ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS e de DECOLAR.COM LTDA, qualificados nos autos, alegando que: a) adquiriu passagens da Azul, por intermédio da Decolar, para um voo nacional (Guarulhos/Porto Seguro/Guarulhos), ida em 06.01 e volta 19.01.2021; b) para os dois trechos, os voos diretos foram alterados pela Decolar e passaram a ter conexões; c) dois dias antes da partida, em consulta médica, foi orientada a não viajar *pois estava apresentando sintomas de COVID-19 (sic)*; d) comunicou o fato à Decolar, que confirmou o recebimento do e-mail; e) recebeu, em 16.02.2021, e-mail da Decolar informando que seus voos estavam confirmados; f) faz jus à devolução do valor pago pelas passagens aéreas e o valor pago pela taxa de remarcação dos voos, que não foram utilizados, já que foram cancelados pelas Rés, no total de R\$ 1.199,00 (...), no prazo de 12 meses da data do voo cancelado na forma da Lei (sic).

Citadas (fls. 53/54), ofertaram as rés contestações autônomas.

A DECOLAR, preliminarmente, argui: a) o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

impositivo segredo de justiça para a proteção de dados pessoais; b) a sua ilegitimidade passiva como mera intermediadora. No mérito, acena com a culpa exclusiva da cia aérea, empresa que reputa terceira na relação. O atestado foi assinado por psiquiatra e não possui CID. A recusa de reembolso foi correta. Pede a extinção ou a improcedência (fls. 55/85).

A AZUL, após discorrer sobre o cenário legislativo e econômico advindo da pandemia da *COVID 19*, entende que: a) o valor de eventual indenização deve ser fixado em valor justo; b) o caso é de julgamento antecipado; c) é parte ilegítima passiva, já que a *Autora possui, relação jurídica apenas e tão somente com a Agência de Viagens (sic)*; d) não praticou ilícito; e) *em que pese o não comparecimento (...) foram os calores convertidos em crédito e vinculado a reserva para utilização (sic)*, pois os bilhetes foram adquiridos mediante tarifa não reembolsável (sic); f) a desistência do voo atrai a responsabilidade por eventuais penalidades contratuais. Pede a extinção ou a improcedência (fls. 87/117).

Houve réplicas (fls. 120/131 e 132/144).

É a síntese do necessário.

Fundamento e DECIDO.

A presente ação comporta julgamento antecipado, porquanto a solução da matéria independe de dilação probatória, *ex vi* do art. 355, I, do Código de Processo Civil.

### **DA DINÂMICA NORMATIVA APLICÁVEL À ESPÉCIE**

Ressalte-se, *prima facie*, que a relação jurídica *sub examine* é nitidamente de consumo e, por isso, impõe-se sua análise dentro do microssistema protetivo instituído pela Lei nº 8.078/90, em


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

especial quanto à vulnerabilidade material e a hipossuficiência processual da consumidora.<sup>1</sup>

Isto é irretorquível em matéria de transporte nacional de pessoas (Guarulhos/Porto Seguro/Guarulhos – fls. 23/26), cabendo por óbvio o influxo da Lei nº 14.034/20.

Cumpra-se anote – de qualquer forma – que o CDC, a partir do seu status de garantia constitucional<sup>2</sup> *ratione personae*, como abordei em obra doutrinária<sup>3</sup>, se apresenta como *uma lei principiológica que promove um corte horizontal no ordenamento jurídico pátrio, atingindo toda e qualquer relação jurídica inserida no seu âmbito, realidade que não implica inexoravelmente a revogação das outras tantas leis reguladoras (ainda válidas, mas tangenciadas por todos os princípios e regras da Lei 8.078/1990), agora aplicadas tão-só de modo subsidiário.*

E essa diretriz, *mutatis mutandis*, já foi adotada pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça:

*Enquanto o CBA consubstancia-se como disciplina especial em razão da modalidade do serviço prestado, o CDC é norma especial em razão do sujeito tutelado, e, como não poderia deixar de ser, em um modelo constitucional cujo valor orientador é a dignidade da pessoa humana, prevalece o regime protetivo do indivíduo em detrimento do regime protetivo do serviço (BENJAMIN, Antônio Herman V.. O transporte aéreo e o Código de Defesa do Consumidor. in. Revista de direito do consumidor, n. 26,*

<sup>1</sup> CDC, arts. 4º, I, c.c. 6º, VIII.

<sup>2</sup> CF, art. 5º, XXXII.

<sup>3</sup> *Princípios constitucionais das relações de consumo e dano moral: outra concepção*. São Paulo: RT, 2008, p. 169.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

*abril/julho, 1998, Editora Revista dos Tribunais, p. 41)*  
(g.n.).<sup>4</sup>

## DAS QUESTÕES INSTRUMENTAIS PENDENTES

Não vingam as preliminares.

Percebe-se, de modo iniludível, que –

titulares/integrantes da mesma cadeia produtiva, parceiros de negócios coligados por certo vínculo de reciprocidade econômica<sup>5</sup>, numa autêntica rede contratual (unitária e monolítica) – a *AZUL* e a sua parceira *DECOLAR* agiram como se fossem uma só, a despertar e a captar a legítima confiança da consumidora, incapaz de separar a inata simbiose entre elas; daí a solidariedade que as vincula.<sup>6</sup>

Dois detalhes: a companhia aérea, integrante da cadeia de fornecimento, não pode ser qualificada como terceira (fls. 59/60); enquanto a sua alegação de que a *Autora não possuía qualquer relação jurídica com a Ré AZUL, haja vista que no contrato por ela celebrado figuravam apenas e tão somente a Agência a e a própria Requerente (sic)* (fls. 93), a um só tempo, não resiste a um sopro do bom direito e tangencia muito de perto a litigância de má-fé, afinal, além de responsável direta pelo transporte, foram *os valores convertidos em crédito e vinculado a reserva para utilização (sic)* (fls. 96).

Aliás, as escusas da *DECOLAR* – que anuiu à recusa de reembolso (fls. 61) – já são bem conhecidas da Corte Bandeirante:

<sup>4</sup> STJ, REsp. 1.281.090/SP, rel. Min. Luís Felipe Salomão, j. 07.02.2012.

<sup>5</sup> Cláudio Luiz Bueno de Godoy. *Responsabilidade civil na área da saúde*. Série GVlaw. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 58.

<sup>6</sup> CDC, arts. 7º, par. ún., c.c. 25, § 1º, c.c. 34.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

*(...) não há que se falar em ilegitimidade passiva da corré Decolar, porque o CDC impõe a responsabilidade solidária de todos os que participaram da cadeia de fornecimento do produto ao destinatário final.*<sup>7</sup>

Causa não há, também, para segredo de justiça<sup>8</sup> – sequer pleiteado pela autora – a sobressair a regra constitucional da publicidade.<sup>9</sup>

## DOS MOTIVOS DA PARCIAL PROCEDÊNCIA

Com efeito, quatro pontos objetivos exsurgem incontrovertidos: a) a autora adquiriu suas passagens no dia 17.10.2020 (fls. 23); b) pagou por elas o custo total de R\$ 1.199,00 (fls. 24); c) ela *se programou para viajar nos voos impostos pelas Rés (sic)* (fls. 08), não mais diretos, pouco importando se a alteração decorreu da *necessidade de remanejamento de malha aérea devido às restrições impostas pela Pandemia de COVID-19 (sic)* (fls. 95); d) os voos não foram cancelados, mas a autora não embarcou.

Para descaracterizar a desistência, justificou o *NO SHOW* ante a possibilidade de estar, na época, com *COVID 19* (fls. 35), tal qual imediatamente comunicado à *DECOLAR* (fls. 36); entretanto, dela recebeu respostas vagas (fls. 38/39) e imprecisas (fls. 40), todas sem nenhuma alusão ao referido atestado médico.

Agora, todavia, embora sem imputar categoricamente falsidade, e isso é importante porque torna inútil o genérico pedido de produção de provas (letra “d” – fls. 64)<sup>10</sup>, aparece a intermediária dizendo que o “*atestado*” *juntado, foi assinado por psiquiatra e não possui CID (sic)* (fls. 60), o que – afora não ter sido

<sup>7</sup> TJSP, AC 1103538-44.2018.8.26.0100, rel. Correia Lima, j. 26.10.2019. Em igual sentido e da mesma Corte: AC 1027917-37.2018.8.26.0554, rel. Pedro Baccarat, j. 29.11.2019; AC 1031813-58.2019.8.26.0100, rel. Tercio Pires, j. 18.12.2019; AC 1000266-50.2019.8.26.0439, rel. Lúgia Araújo Bisogni, j. 02.10.2019.

<sup>8</sup> CPC, art. 189.

<sup>9</sup> CF, art. 93, IX.

<sup>10</sup> CDC, art. 6º, VIII, c.c. CPC, art. 373, II.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL  
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425  
CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900  
TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

encampado pela *AZUL*, litigante a expressamente dispensar a abertura da instrução (item 2.2 – fls. 92) – não compromete, *per se*, a atuação médica da profissional que o subscreveu na forma regulamentada pelo CFM.<sup>11</sup>

A suspeita de *COVID 19*, como é de conhecimento notório<sup>12</sup>, representa um estado gravíssimo de saúde, não sendo exigível da autora o embarque, a expor desnecessariamente os demais passageiros; daí por que, muito longe de qualquer responsabilidade exclusiva da consumidora, exsurge autorizada a integral restituição do preço pago: R\$ 1.199,00 (fls. 24).

Abusiva, na espécie, por isso nula de pleno direito<sup>12</sup>, a cláusula de cancelamento não reembolsável (fls. 96 e 101), visto que o problema decorreu de *irresistível necessidade* da consumidora, não de *opção* livremente exercida (desistência pura e simples), o que não se pode ignorar pena de cancelar-se indevido enriquecimento sem causa das fornecedoras.<sup>1314</sup>

Força é concluir, neste passo, que a problemática posta atrai os precisos contornos do caso fortuito/força maior<sup>15</sup>; tal qual já decidiu a Corte Bandeirante em caso análogo (doença viral impeditiva do embarque).<sup>16</sup>

Observe-se, a propósito, que a política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, a destacar-se o respeito à sua dignidade, saúde e

<sup>11</sup> Res.-CFM nº 1.658, de 13.12.2002, publicada no DOU de 20.12.2002, Seção I, p. 422.

<sup>12</sup> CPC, art. 374, I.

<sup>12</sup> CDC, art. 51, IV e XV, c.c. seu § 1º, I, II e III.

<sup>13</sup> TJSP, AC 1062785-11.2019.8.26.0100, rel. Cauduro Padin, j. 17.03.2020; AC -87.2017.8.26.0100, rel. Mauro Conti Machado, j. 31.01.2019; AC 1012008-83.2017.8.26.0361, rel. Tercio Pires, j. 07.08.2019; AC 1056366-36.2018.8.26.0576, rel. Lígia Araújo Bisogni, j. 16.08.2019; AC 1072466-73.2017.8.26.0100, rel. Ramon Mateo Júnior, j. 27.02.2018; AC 1132291-16.2015.8.26.0100, rel. Hélio Nogueira, j. 29.06.2017.

<sup>15</sup> CC, art. 393.

<sup>16</sup> TJSP, AC 1069738-25.2018.8.26.0100, rel. Flávio Cunha da Silva, j. 08.05.2020.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL  
 PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425  
 CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900  
 TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – E-MAIL: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

segurança; por isso é que o CDC reconhece como direito básico do consumidor a proteção à sua vida, saúde e segurança.<sup>17</sup>

## **DAS BALIZAS DO RESSARCIMENTO**

A restituição dos incontroversos<sup>18</sup> R\$ 1.199,00 se dará em 12 meses, contados da data do voo que se inviabilizou, corrigidos mês a mês pelo INPC<sup>19</sup> desde o desembolso (17.10.2020 – fls. 23); enquanto os juros de mora (1% a.m.<sup>20</sup>), tratando-se de responsabilidade contratual, fluem – *ex vi legis* – das citações (10.05.2021 – fls. 53/54)<sup>21</sup>, não como se pretendia (item 3, “a” – fls. 14).

O prazo se iniciou no dia 06.01.2021 e termina em 06.01.2022<sup>21</sup>, facultada a execução de uma só vez após esse termo.

O mais não pertine.

*Ex positis*, e pelo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para o fim de CONDENAR, solidariamente e na forma da motivação, a Decolar.com Ltda e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A ao pagamento de R\$ 1.199,00, atualizados pelo INPC de 17.10.2020 e com juros de mora (1% a.m.) de 10.05.2021.

Considerando as teses deduzidas e o espectro entre o que se queria e o que se obteve (causalidade), já equilibrada<sup>22</sup> a sucumbência mínima da autora, por inteiro<sup>23</sup>, arca a ré com as custas, as

<sup>17</sup> CDC, arts. 4º, *caput*, c.c. 6º, I.

<sup>18</sup> CPC, art. 341.

<sup>19</sup> Lei nº 14.034/20, art. 3º, *caput*, com a redação dada pela MP nº 1.024/20.

<sup>20</sup> CC, art. 406 c.c. CTN, art. 161, § 1º.

<sup>21</sup> CC, art. 405.

<sup>21</sup> CC, art. 132, § 3º.

<sup>22</sup> STJ, Súm. 306.

<sup>23</sup> CPC, art. 86, par. ún.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

45ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 14º ANDAR – SALA Nº 1.425

CENTRO – SÃO PAULO/SP CEP: 01501-900

TEL.: (11) 2171-6268 UPJ I – *E-MAIL*: UPJ41A45@TJSP.JUS.BR

despesas processuais e os honorários advocatícios fixados – para cada contestação – em R\$ 800,00<sup>24</sup>, com atualização de hoje e juros de mora (também de 1% a.m.) do trânsito em julgado.<sup>26</sup> P. R. I. C.

São Paulo, 08 de junho de 2021.

---

<sup>24</sup> CPC, art. 85, §§ 2º e 8º.

<sup>26</sup> CPC, art. 85, § 16.